

35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT01 - CIBERPOLÍTICA, CIBERATIVISMO E CIBERCULTURA

FERRAMENTAS CONCEITUAIS PARA A ANÁLISE POLÍTICA NAS
SOCIEDADES INFORMACIONAIS E DE CONTROLE

SERGIO AMADEU DA SILVEIRA
UFABC

2011

I. A ANÁLISE DAS TECNOLOGIAS DE PODER

Um programa de pesquisa que considere o papel e as implicações das tecnologias da informação no debate sobre o poder e sobre a organização estatal e suas instituições democráticas precisa encontrar e utilizar ferramentas conceituais apropriadas. O objetivo deste trabalho é reunir um conjunto de conceitos de autores fundamentais para a pesquisa das diversas relações e dimensões do poder em sociedades informacionais.

A caracterização do período ou momento histórico da emergência e expansão das tecnologias informacionais adquire uma grande relevância uma vez que dá ao pesquisador parâmetros e indicações dos elementos mais importantes que interferem e se manifestam nos processos políticos, nos jogos de forças, principalmente nas relações comunicativas cotidianas que podem se transformar em recursos e estratégias de poder. Por isso, este aqui será o ponto de partida.

Deleuze anunciou que vivemos em uma sociedade de controle. As estruturas de confinamento típicas de um mundo disciplinar estariam sendo suplantadas por dispositivos distribuídos de acompanhamento e modulação dos comportamentos. O capitalismo industrial exigiu e se beneficiou com a formação das instituições disciplinares. O capitalismo informacional não consegue se ampliar simplesmente com a introjeção do medo que a permanente vigilância acarreta. O capitalismo baseado nas tecnologias da comunicação e informação precisa de um outro tipo de liberdade além da vigiada, busca uma liberdade modulada. A nova fase da biopolítica não passa apenas pela garantia da disciplina dos corpos, da saúde posicionada para o trabalho adequado à reprodução do capital, agora ela passa pelo incentivo à ultra individualização, pela necessidade de que os indivíduos sejam acompanhados e parametrizados em suas variações de humor, de perspectiva e de objetivos.

A Internet é a maior expressão deste período histórico. Trata-se de uma rede sociotécnica que dá aos indivíduos a sensação de completa liberdade de uso,

de possibilidades de criação, de múltipla existência no ciberespaço, de navegação anônima, de impossibilidade de observação e acompanhamento dos corpos virtualizados. O indivíduo tem medo da câmara alocada no alto da via pública, mas acredita piamente que o acesso a um determinado site não pode ser acompanhado. Desse modo, é ignorada a origem cibernética da rede mundial de computadores. A Internet é uma rede de comunicação e controle. Completamente baseada em protocolos, ou seja, regras rígidas que permitem que uma rede se comunique com outra, que um computador possa encontrar outro em uma malha de milhões de pontos de conexão. Seria praticamente impossível rastrear e encontrar uma pessoa com um pequeno rádio de pilha analógico ouvindo uma transmissão qualquer. Mas é muito provável e factível que possamos localizar um jovem conectado a partir de seu pequeno netbook ou dispositivo móvel com precisão georreferenciada crescente. A interatividade só pode ser garantida se os interagentes forem visíveis um para o outro, não importa onde estejam os pontos de conexão distribuídos da Internet.

Para burlar os mecanismos de controle técnico é preciso estar consciente de sua existência e estar preparado para utilizá-los de outro modo. O indivíduo pode evitar que seu fluxo de informação seja rastreado utilizando um proxy anônimo ou uma rede de proxies anônimos. Ela oculta a informação de identificação do computador de origem. Todavia, sem técnicas de ocultamento praticamente todas as conexões podem ser obtidas por agentes do Estado, por crackers, por cooperações de análise de comportamento, de acompanhamento de redes sociais e de marketing. Entretanto, apesar de ser uma rede de controle técnico, sua arquitetura distribuída e o desenho de seus protocolos asseguram uma grande liberdade de comunicação. Os protocolos da internet não são construções neutras. Em sua maioria, foram escritos para garantirem a liberdade de expressão e de navegação sem a necessidade de identificação pessoal. Foram formulados sob ideias liberais, libertárias, estiveram sob forte influência dos valores disseminados pela contracultura norte-americana dos anos 1960.

II. A SOCIEDADE EM REDE COMO UMA SOCIEDADE DE CONTROLE

A definição de Castells de sociedade informacional é um indicador de diferenciação histórica. Para além da ideia de sociedade pós-industrial lançada por Daniel Bell, ela considera que a superação da era industrial se deu pela constituição de tecnologias de manipulação, armazenamento e distribuição de informações, tornando os mercados simbólicos ou de bens imateriais mais valiosos e economicamente importantes se comparados com os mercados de bens materiais.

A nova morfologia social que emerge da disseminação de tecnologias da informação é a das redes, daí o termo sociedade em rede utilizado por Castells. Apesar de incentivar o uso da análise estrutural de redes sociais e da teoria dos grafos para a análise de fenômenos contemporâneos, é preciso ir além da simples identificação de proximidades e intensidades de relacionamentos. Para compreender melhor as sociedades informacionais enredadas é possível retomar a perspectiva foucaultiana/deleuzina de biopolítica e sociedade de controle.

A definição de sociedade de controle decorre da forma como os períodos históricos foram trabalhados por Foucault. Trata-se de uma expressão criada pelo filósofo Gilles Deleuze para distinguir a primazia de um novo tipo de poder social que substitui as disciplinas e as organizações fechadas, típicas dos séculos XVIII e XIX. Para o professor Alexander Galloway, as redes distribuídas são o diagrama de poder das sociedades de controle (GALLOWAY, 27). Deleuze argumentou que "toda sociedade tem o seu ou os seus diagramas" (45). Identificar os diagramas e os estilos de gerenciamento que asseguram o controle em cada situação é uma perspectiva de investigação que permite compreender as implicações das redes nas disputas de poder, bem como, observar a própria constituição das redes sociotécnicas como mapas de forças.

"O que é um diagrama? É a exposição das relações de forças que constituem o poder...O diagrama, ou a máquina abstrata, é o mapa das relações de forças, mapa de densidade, de intensidade, que procede por ligações primárias não-localizáveis e que passa a cada instante por todos os pontos, 'ou melhor, em toda a relação de um ponto a outro'." (DELEUZE, 46)

Partindo de outra perspectiva, Castells lembra-nos que o poder da rede é o poder dos padrões da rede sobre seus componentes, ainda que este poder favoreça em última instância os interesses de um conjunto específico de atores sociais na origem da formação da rede e do estabelecimento de padrões (protocolos de comunicação) (CASTELLS, 74). Segundo ele, os padrões, os protocolos de comunicação, determinam as regras que se deve aceitar quando se está na rede. Neste caso, o poder se exerce não por exclusão das redes, senão pela imposição de regras de inclusão. As disputas políticas passam atualmente pelo enfrentamento dos intermediários de várias matrizes, da indústria do copyright às comunidades estatais de vigilância erguidas no mundo industrial contra a atual dinâmica das redes digitais e pela inclusão de novas restrições à liberdade de criação de conteúdos, formatos e tecnologias.

III. CONTROLE E PODER DE CRIAR REDES

Pensar a sociedade informacional como uma sociedade de controle permitem observar e descortinar as aparentes contradições entre liberdade e controle, entre gerenciamento técnico e gestão política, entre universalidade e diversidade no plano das culturas, entre autonomia e heteronomia. As redes tecnológicas digitais podem ser investigadas do ponto de vista de sua natureza cibernética e daquilo que representam para as liberdades e direitos civis criados nas democracias liberais. O controle cresce e se agiganta nas sociedades informacionais a despeito dos discursos sobre a liberalidade extrema dos

cidadãos conectados.

A análise sociotécnica das práticas comunicacionais nas sociedades democráticas permite afirmar que a crescente interatividade entre os indivíduos se dá a partir de intermediários tecnológicos baseados em arquiteturas de controle. Desse modo, é preciso mapear os componentes dessas intermediações que garantem e modulam a interatividade. Também é parte de um programa de pesquisa da política na sociedade informacional, identificar a influência, o poder e o *modus operandi* que tais intermediários exercem sobre os comportamentos e sobre os Estados e sobre os mercados.

Como expressão de um período além da modernidade, o controle atual não se dá apenas na comunicação e sobre os comportamentos interativos, mas também, e cada vez mais, sobre o conhecimento dos códigos básicos da vida e dos corpos. A nova expressão do poder sobre a natureza, implica uma biopolítica que assume o estilo de gerenciamento protocolar e pretende o tratamento digitalizado e codificado de todos os processos sociais e vitais. Assim, fundamentais para a análise do poder na sociedade informacional são as técnicas de decodificação do biopoder contido nos protocolos e nos demais intermediários da comunicação, tais como softwares e seus formatos de digitalização.

A definição foucaultiana de poder como estratégia é extremamente útil para observar a complexidade do jogo de forças em redes de arquitetura distribuídas, todavia, reduz e pode até eliminar o papel dos sujeitos e dos agrupamentos sociais no desenho das relações e instituições da sociedade. Por isso, este trabalho pretende construir um caminho teórico consistente entre as ferramentas conceituais da biopolítica e do controle com as definições de poder levantadas por Castells. Este considera ser possível "diferenciar quatro formas de poder distintas: poder de conectar em rede (*networking power*); poder da rede (*network power*); poder em rede (*networked power*); e poder para criar redes (*network-making power*)" (CASTELLS, 2009: 72).

Tais formações de poder em rede, que necessariamente possuem arquiteturas e hierarquias de conexão que dão aos seus controladores – homens, coletivos, máquinas ou algoritmos – as possibilidades de permissão e negação de acesso ao conhecimento e às informações, reconstituindo uma economia de saberes. Desenvolver técnicas genealógicas para descobrir os propósitos, as mudanças, as apropriações coletivas, os interesses que se concentram em um protocolo, código ou padrão, é um caminho metodológico que se apresenta como consistente e necessário a compreender as atuais dimensões da política de viventes em sociedades de controle, portanto, de ciberviventes.

Outra abordagem que nos dá instrumentos consistentes para observarmos esses fenômenos é a teoria do ator-rede, de Bruno Latour e Michel Callon. É também chamada de sociologia da tradução e permite analisar a dinâmica do poder. Define que devemos focalizar o início de nossas observações nas interações. Partindo do pressuposto que a sociedade é uma rede heterogênea, é importante buscar saber porque determinadas interações conseguem se tornar mais estáveis enquanto outras não se reproduzem, nem duram ou repercutem nas demais relações sociais. A teoria do ator-rede considera que máquinas, dispositivos e humanos possuem, para a análise o mesmo valor, ou melhor, sua importância em dado fenômeno, depende dos efeitos que cada ator causa na rede de relações. Desse modo, para esta teoria os atores humanos e não-humanos são actantes, estando permanentemente vinculados a uma rede de elementos materiais e imateriais, cuja a importância é o efeito produzido nessa rede de materiais interativos e completamente heterogênea.

A perspectiva de Castells, presente no livro *Communication Power*, pode ser utilizada para reforçar elementos da teoria de Latour e Callon. Por exemplo, se quisermos compreender por que não existe na Internet nenhuma rede de relacionamento (rede social) de relevância mundial que não seja de origem norte-americana, a teoria do ator-rede pode orientar um caminho consistente de investigação. Uma outra questão pode esclarecer ainda mais este argumento: por que o Facebook conseguiu tornar-se a maior rede social da Internet? O sucesso de sua política de envolvimento e fidelização de internautas tem

preocupado inúmeros pesquisadores, especialistas, entre eles, o criador da web Tim Berners-Lee que afirmou ser o Facebook uma grande ameaça à universalidade de acesso e compartilhamento de arquivos digitais na web¹. Pois bem, o caso Facebook é um exemplo claro daquilo que Castells apontou em sua pesquisa como o poder para criar redes (network-making power), uma das formas mais importantes de poder da atualidade (CASTELLS, 75). Com o desuso das velhas teorias de manipulação das mídias, são necessárias novas hipóteses para compreender melhor a atração que determinadas redes exercem sobre milhões de pessoas e as possibilidades de controle e descontrole, de acomodação e resistência ativa, de afetos, de gerenciamento dos desejos.

Em Castells, todas as redes tem algo em comum: são as ideias, as visões, os projetos, que geram sua programação. Estes são materiais culturais. Na sociedade em rede, a cultura está, em geral, incorporada nos processos de comunicação, adquirindo uma centralidade social jamais vista. Ao mesmo tempo, o modo em que os diferentes atores programam a rede é um processo específico de cada rede. As finanças globais não são programadas de modo similar às redes de poder militar, de investigação científica, de crime organizado ou dos esportes profissionais (CASTELLS, 77). Os pressupostos de Castells podem apoiar a investigação sobre a ação dos actantes, pessoas ou dispositivos, para analisar os padrões e as interações que consolidam as relações de poder específicas para cada rede. O que se deve buscar nestes componentes são as teias de influências e a capacidade para criar processos de comunicação e persuasão efetivos que favoreçam aos projetos dos seus supostos programadores. "Os programadores e os enlaces são aqueles atores e redes de atores que, graças à sua posição na estrutura social, exercem o poder de criar redes, a forma suprema de poder na sociedade em rede." (CASTELLS, 78)

1 Tim Berners-Lee publicou na Scientific American, em dezembro de 2010, o artigo Long Live the Web: A Call for Continued Open Standards and Neutrality. Disponível: <http://www.scientificamerican.com/article.cfm?id=long-live-the-web> Acesso 15/07/2011.

IV. MUTIDÕES E SUJEITOS NA SOCIEDADE DE CONTROLE

O abalo de diversas estruturas e hierarquias de poder ocorreram com a disseminação das redes informacionais. Isto colocou a velha elite de administradores de estruturas erguidas no capitalismo industrial em posição de combate diante da desintermediação das redes digitais distribuídas, ou melhor, diante da nova intermediação que se dá na própria rede. O que vai gerar uma gigantesca onda de controle, vigilância e rastreamento distribuído efetuado na própria rede.

Atualmente, o que está sendo modelado é a captação de estímulos em diversas situações. Para tal, o uso da rede é estimulado para determinados objetivos. A ideia é instigar a liberdade de navegação e de experimentação cujos parâmetros são analisados por mineradores de dados e por análises de espectros. Os indivíduos não são prioritariamente moldados em ambientes fechados e disciplinares, modula-se sua liberdade, como dizia Deleuze (221). A ideia é parametrizar em cada situação, para tal, uma parafernália tecnológica é construída dioturnamente.

Jovens em faculdades de jornalismo ganham seu primeiro estágio não mais em redações, mas em pequenas agências que os contratam como analistas de redes sociais. Avaliam e classificam os humores da rede, pontuam as tendências dos argumentos favoráveis e desfavoráveis. Participam cada vez mais do jogo de avaliação e defesa de reputações. Todos estão se tornando aptos a tentar controlar a partir de uma boa mineração de dados o que os outros estão fazendo. Esta é a perspectiva de uma sociedade de controle. Uma biopolítica baseada no acompanhamento dos comportamentos em rede, em que alguns tem mais possibilidades de controle que outros. Sem dúvida, os organizadores de redes que detém o poder de abrir as APIs (interfaces de programação das plataformas informacionais), que escreveram e controlam os códigos e formatos possuem uma situação estratégica mais bem posicionada no jogo de forças que definem quem tem mais ou menos capacidade de influenciar

o comportamento dos indivíduos, ou seja, encontram-se em melhor posição de poder.

O antropólogo Gustavo Lins Ribeiro publicou, no ano 2000, um livro instigante sobre a cultura e a política no mundo contemporâneo. Em um dos capítulos em que discute a Internet escreveu:

"O surgimento de novos fetiches e sistemas de poder é levantado por Arthur Kroker e Michael Weinstein (1994), que apontam para o advento do "corpo ligado" (wired body) e daquilo que chamam de a "classe virtual". A retórica quase delirante e uma hipercrítica por vezes reificante do tecnopoder à parte, Kroker e Weinstein são ácidos demolidores do ciberautoritarismo e da histeria criada pela tecnoutopia, em prol dos controladores da Internet, espaço privilegiado do exercício do poder da classe virtual, a versão da classe dominante na era eletrônico-informática. Formada principalmente por "capitalistas puros" mais "capitalistas visionários especialistas em computadores" e, baseada na indústria de comunicação, essa classe procura, uma vez instalada a força do movimento da fronteira eletrônica em expansão, lotear o ciberespaço para fins de acumulação capitalista e de controle político. O que está em jogo é uma competição por direitos de propriedade intelectual. As possibilidades democráticas da Internet são a sedução inicial para a construção da superhighway digital (o "privilegiado monopólio da comunicação global de dados") e para a subordinação da rede aos "interesses comerciais predatórios da classe virtual". (RIBEIRO, 187-188)

A passagem claramente trabalha sob algum tipo de influência marxiana, uma vez que busca identificar uma classe virtual que estaria se impondo neste novo tipo de capitalismo conectado e imaterial. Enquanto a proposição foucaultiana/deleuziana lança a perspectiva do poder disseminado e distribuído em uma constante disputa pelos posicionamentos estrategicamente melhor

situados nas relações de força, a análise de Kroker e Weinstein colocam a consolidação do poder de classe a partir da centralidade que a comunicação adquiriu em nossa sociedade, que usa as redes para ampliar suas relações comerciais ou seu poder político. Aparentemente nada que se faça nas redes foge do controle destas classes virtuais, capitalistas da propriedade imaterial.

A busca da identificação de classes no cenário de um capitalismo imaterial (GORZ), informacional (CASTELLS) ou cognitivo (MOULIER-BOUTANG), coloca-nos diante do debate sobre o papel dos sujeitos históricos privilegiados, seja na manutenção do sistema seja na sua superação. Antonio Negri e Michael Hardt, nesta direção, lançam o conceito de multidão como substituto da classe operária como sujeito revolucionário. Afirmam que "o conceito de multidão pretende repropor o projeto político de luta de classes lançado por Marx" (p. 146).

Negri e Hardt definem a multidão como "formada por todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital, e, assim, potencialmente como a classe daqueles que recusam o domínio do capital" (p. 147). A multidão se coloca como um novo sujeito que reúne os economicamente explorados, os trabalhadores sem direitos, o precariados, os empresários deles mesmos, os produtores de bens imateriais, os socialmente oprimidos, todos os movimentos sociais anticapitalistas. Ela buscaria não se constituir como uma ditadura da multidão em alusão à ditadura do proletariado. A multidão quer construir o comum, o poder constituinte que nasce da diversidade e da radicalização da liberdade praticada coletivamente. Busca-se a sociedade dirigida coletivamente a partir das diversas possibilidades comunicacionais.

A dificuldade de compreender as mudanças históricas sem focalizar a análise em sujeitos coletivos é um ponto teórico importante para quem busca relações causais nas transformações. Contudo, a multidão é um aglomerado que pode paralisar-se diante de sua própria diversidade e dos caminhos múltiplos a seguir. O processo atual de contestação dos aparatos de controle cultural e político tem passado por inúmeros movimentos, nem todos anticapitalistas. Reúne também

as expressões mais típicas das sociedades conectadas, os hackers, que André Gorz denominou de "novos dissidentes do mundo digital" (12).

Mas hackers não se portam como classe, atuam em certo sentido como uma multidão conectada. Mas suas qualidades partem do individualismo. Um individualismo colaborativo e solidário. Dão valor ao conhecimento e o grau de autonomia e liberdade que qualquer indivíduo pode ter depende de sua capacidade de superar desafios. São indivíduos que veneram o mérito e o poder meritocrático. Quanto mais as redes são tratadas pelas corporações como uma grande fiação para se vender produtos a consumidores inertes, mais os hackers estão se politizando.

Os acontecimentos de 2010 e 2011 envolvendo o governo norte-americano e o Wikileaks marcou um novo momento na história da política mundial. Um grupo de hackers se vinculou a um grupo mais numeroso de geeks que se articularam em rede para apoiar os ativistas que defendem a transparência total do Estado. Este grupo denominado Anonymous posteriormente realizou uma ampla gama de protestos transnacionais na rede, favorável à liberdade e à democracia. Onde aparentemente, os partidos políticos não conseguem intervir mais amplamente, ciberativistas e hackers constroem vínculos de lealdade instantânea. A defesa da comunicação distribuída, tal como ela ocorre hoje, dificilmente será feita pelas forças políticas tradicionais, muito menos pela antiga esquerda. Os arranjos políticos pela liberdade comunicacional distribuída são cada vez mais diversificados e de difícil compreensão nas chaves explicativas montadas para a análise dos séculos XIX e XX.

Castells lembra-nos que o poder da rede é o poder dos padrões da rede sobre seus componentes, ainda que este poder favoreça, em última instância, os interesses de um conjunto específico de atores sociais na origem da formação da rede e do estabelecimento de padrões (protocolos de comunicação). Segundo ele, os padrões, os protocolos de comunicação, determinam as regras que se deve aceitar quando se está na rede. Neste caso, o poder se exerce não por exclusão das redes, senão pela imposição de regras de inclusão. As

disputas políticas passam atualmente pelo enfrentamento dos intermediários de várias matrizes, da indústria do copyright às comunidades estatais de vigilância erguidas no mundo industrial contra a atual dinâmica das redes digitais e pela inclusão de novas restrições à liberdade de criação de conteúdos, formatos e tecnologias.

V. UMA ANÁLISE DO PODER EM REDE

O caso Wikileaks e a aprovação da Lei Sarkozy na França são dois marcos importantes no cenário atual de embates em torno da comunicação em rede. Eles permitem perceber a unidade de ação de agrupamentos nascidos no mundo industrial e que perderam força no mundo das redes. Os burocratas dos aparatos de segurança de Estados nacionais, principalmente dos países hegemônicos na OTAN, interessados no policiamento do mundo, de um lado, e a indústria de copyright, de outro. Tal articulação tem em comum a tentativa de retirar da Internet as qualidades que a fizeram mais democrática do que as demais mídias de massa. A cultura da liberdade que caracteriza a rede incomoda esses segmentos e os lança em uma jornada de combate a atual dinâmica da Internet.

A indústria de copyright perdeu, com o advento da internet, o controle dos canais escassos de disseminação de conteúdos artísticos e de bens culturais que caracterizaram as mídias industriais. Mais do que isso, a digitalização intensiva dos bens simbólicos deixou claro que textos, sons e imagens podem existir e coexistir distantes de suportes físico-localizados, bem como, podem ser recombinaados sem grandes dificuldades. Milhões de pessoas passaram a usar as facilidades das redes digitais e a levarem até elas as práticas de compartilhamento que já realizavam no mundo pré-Internet, agora sem as limitações impostas pelos limites e dificuldades criadas pela logística dos suportes. O crescimento da rede representou mais do que o aumento do compartilhamento de arquivos digitais, implicou a ampliação da diversidade cultural. Indivíduos puderam acessar os sites de inúmeras criadores sem a

necessidade de intermediação. Isso reduziu a audiência per capita de cada artista ou grupo cultural, mas aumentou a diversificação da fama. As associações de copyright reagiram com agressividade extrema e nisso se encontram com os segmentos retrógrados da burocracia vigilantista dos Estados nacionais.

A tentativa do governo dos Estados Unidos de sufocar o Wikileaks e retirar o seu site da rede, bem como bloquear suas contas para o recebimento de doações financeiras, redundou em um grande fracasso. Milhares de apoiadores do Wikileaks, dispersos em todos os continentes, replicaram em seus servidores as informações que tanto o Departamento de Estado norte-americano queria evitar que fossem divulgadas. Isto confirmou o que Alexander Bard e Jan Söderqvist afirmaram ser uma característica das redes distribuídas, ou seja, "todo ator individual decide sobre si mesmo, mas carece da capacidade e da oportunidade para decidir sobre qualquer dos demais atores" (UGARTE, 2008, 26). Além disso, a abusiva e obscura tentativa de calar o líder do Wikileaks, Julian Assange, levou o grupo hacktivista Anonymous a organizar uma grande ação de protesto que derrubou da rede os sites da Visa, Mastercard e PayPal. Angariando pelo IRC e pelo Twitter milhares de apoiadores, o Anonymous mostrou que um grande número de requisições de acesso a uma determinada aplicação de um site pode ser uma legítima forma de protesto.

As vozes da velha comunidade de segurança espalharam seus temores com a denominada "excessiva liberdade na rede", guarida para terroristas. Tais vozes são logo amplificadas pelos detentores da velha mídia, também incomodados com a grande liberdade de ação na rede. Uma reportagem da Revista Época, deixa claro o incômodo: "apesar do evidente teor adolescente nas manifestações, eles trazem um ingrediente novo para o universo hacker – a motivação política. Sua prioridade é desestabilizar forças políticas, econômicas ou militares, numa lógica em tudo similar à do terrorismo. No lugar de atentados suicidas e ameaças à bomba, o foco dos hackers é a informação. Eles afirmam

que as organizações e os Estados, ainda que estabelecidos de forma democrática, devem sofrer ataques em prol de um bem maior, a transparência."²

Propor a violação da privacidade e submeter os indivíduos a constante vigilância de robôs e "aranhas" que rastreiam a rede em busca de palavras-chave, fluxos de informações suspeitas, tipos de aplicação, passam a ser alardeadas como práticas necessárias ao combate dos terroristas, incluindo nesta categoria os ativistas que lutam pela liberdade de expressão na rede. Como um dos grandes marcos desta prática de destruição dos direitos civis na Internet e subordinação de todos os demais direitos às necessidades da análise de espectro e dos fluxos de informação, temos a Lei Hadopi. Essa lei implantou na França um certo "estado de sítio digital". Para saber se as pessoas estão fazendo download ou compartilhando arquivos digitais cerceados pelo copyright, Sarkozy aprovou uma lei que obriga os provedores a observar o que seus clientes estão fazendo na rede. No caso concreto, o que se busca não são indícios de terrorismo, mas provas de violação de copyright.

A lei de Sarkozy é também conhecida como three strikes. Se o internauta for pego pela Comissão Hadopi baixando música sem pagamento de licenças, receberá um e-mail alertando que sua atividade ilegal foi detectada (primeira batida). Se continuar, receberá uma carta (segunda). Por fim, será desconectado por um ano (terceira). Nos primeiros nove meses de aplicação da Hadopi foram monitorados por 18 milhões de usuários que trocaram arquivos. A partir desta quantidade de usuários, a empresa selecionada Trident Media Guarda rastreou um milhão de endereços IP e enviou mais de um milhão de solicitações para os provedores de acesso que entregaram informações sobre a atividade de aproximadamente 900.000 usuários. Destes, 470 mil internautas receberam o primeiro aviso da Comissão Hadopi. O segundo aviso foi enviado para 20 mil pessoas e 10 franceses já foram desconectados com o terceiro aviso. A ironia é que o primeiro desconectado é um professor de 54 anos que nunca baixou música pela Internet e provavelmente teve sua máquina usada por

2 Revista Época - 27/06/2011 - A guerra virtual começou / Autor(es): Bruno Ferrari, Daniella Cornachione e Leandro Loyola.

invasores. Além de economicamente dispendiosa, a Lei Sarkozy é invasiva e ineficaz, uma vez que apenas 4% dos franceses pesquisados pela ZDNet afirmaram deixar de fazer download por conta da lei.³

REFERÊNCIAS

BENKLER, Yochai. The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom. New Haven: Yale University, 2006.

CASTELLS, Manuel. Comunicación y poder. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

COLLINS, H. M.; KUSCH, M. The Shape of Actions: What Humans and Machines Can Do. Cambridge: MIT Press, 1998.

DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. Conversações, 1972 - 1990. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. Post-scriptum sobre as Sociedades de Controle. In: Conversações. São Paulo: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. História da sexualidade. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GALLOWAY, Alexander R. Protocol: how control exists after decentralization. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2004.

GORZ, André. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Multidão: guerra e democracia na Era do Império. Rio de Janeiro: Record .

³ Informações disponíveis no site <http://torrentfreak.com/france-tracks-down-18-million-file-sharers-110714/> Acesso 10/08/2011.

MOULIER-BOUTANG, Yann. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In: Capitalismo Cognitivo: trabalho, redes e inovação / Giuseppe Cocco; Alexander Patez Galvão; Gerardo Silva (orgs.). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LATOUR, Bruno. 'Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network Theory. Oxford, UK: Oxford UP, 2005.

PELBERT, Peter Pal. Vida capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2009.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura e política no mundo contemporâneo. Brasília: Editora da UNB, 2000.

SANTOS, Laymert Garcia dos. Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Editora 34, 2003.

STALLMAN. R. The Anonymous WikiLeaks protests are a mass demo against control. The Guardian, Friday 17 December 2010.

Disponível: <http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2010/dec/17/anonymous-wikileaks-protest-amazon-mastercard> Acesso:15/02/2011.

THIRY_CHERQUES, Hermano Roberto. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. Lua Nova, São Paulo, 81: 215-247, 2010.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

UGARTE, David. O poder das redes. Porto Alegre : PUC-RS, 2008.